

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso Administrativo e Tributário

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Professor Doutor Marco Caldeira

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Pretende-se, com a presente disciplina, proporcionar aos alunos uma descrição panorâmica e uma visão crítica da estrutura e funcionamento da justiça administrativa em Portugal, habilitando-os a compreender o quadro legal aplicável e familiarizando-os com a vivência prática do foro, sobretudo através do contacto com a jurisprudência mais relevante dos tribunais administrativos.

6. Conteúdos programáticos:

1. Justiça administrativa: evolução histórica e âmbito
2. Organização judiciária administrativa
3. Meios processuais: panorama geral
4. Algumas questões controvertidas
 - 4.1. Em matéria de competência
 - 4.2. Em matéria de prazos
 - 4.3. Em matéria de legitimidade e interesse em agir
 - 4.4. Em matéria de impugnabilidade de actos e de normas
 - 4.5. No âmbito de processos urgentes (cautelares e principais)
 - 4.6. Em matéria de princípios
5. Outros meios de composição de litígios: em especial, a arbitragem
6. Problemas estruturais
 - 6.1. Autonomia e sentido da existência da justiça administrativa
 - 6.2. A tensão entre a tutela jurisdicional efectiva e a separação de poderes
 - 6.3. Articulação com outras jurisdições (em especial, a do Tribunal de Contas)
 - 6.4. Novos desafios para a justiça administrativa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos acima definidos, cobrindo a globalidade dos aspectos relevantes do quadro legal aplicável e colocando o enfoque nos principais problemas teóricos e práticos por aqueles suscitados, proporcionam aos alunos os conhecimentos necessários para uma melhor compreensão do funcionamento da justiça administrativa e habilita-os a moverem-se no seu âmbito.

8. Metodologias de ensino:

As aulas terão um carácter teórico-prático, com a apresentação das coordenadas gerais dos problemas pelo docente, a que seguirá a análise crítica de acórdãos ou textos previamente indicados pelo docente.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

9. Avaliação:

A avaliação será repartida entre a participação dos alunos nas aulas (50%) – que incluirá, além do mais, a apresentação/análise crítica de um acórdão – e a realização de um exame escrito (50%).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O prévio enquadramento das matérias pelo docente fornece aos alunos um primeiro contacto “guiado” com a matéria, após o que a discussão de jurisprudência permite o aprofundamento e reflexão crítica sobre os problemas levantados, conjugando, assim, quer o nível científico que se exige num curso de Mestrado, quer a componente prática desejavelmente inerente a uma disciplina de direito processual.

11. Bibliografia principal:

AA.VV., *Comentários à legislação processual administrativa* (coord. CARLA AMADO GOMES, ANA FERNANDA NEVES e TIAGO SERRÃO), 6.ª edição, 2 Vols., AAFDL Editora, Lisboa, 2024

AA.VV., *A Justiça Administrativa em Portugal – Diagnóstico presente e perspetivas futuras. Contributos cívicos da academia e do foro para uma reforma necessária* (coord. TIAGO SERRÃO e MARCO CALDEIRA), AAFDL Editora, Lisboa, 2022

ALMEIDA, Mário Aroso de, *Manual de Processo Administrativo*, 8.ª edição, Almedina, Coimbra, 2024

ALMEIDA, Mário Aroso de, e Cadilha, Carlos Alberto Fernandes, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2021

ANDRADE, José Carlos Vieira de, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 19.ª edição, Almedina, Coimbra, 2021

GOMES, Carla Amado, *Temas e Problemas da Justiça Administrativa*, 2.ª edição, AAFDL Editora, Lisboa, 2019

OLIVEIRA, Mário Esteves de, e OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de, *Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais Anotados*, Volume I, Almedina, Coimbra, 2004

SILVA, Vasco Pereira da, *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio sobre as Acções no Novo Processo Administrativo*, 2.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2009

E outra a indicar pelo docente.